

-----ATA N.º 02-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 21 DE ABRIL DE 2016-----

-----Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 21.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2015, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09, na sua atual redação;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e Votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras aprovado para 2016, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09, na sua atual redação;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2015, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/13, de 12.09, na sua atual redação;-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e votação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2016 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/13, de 12.09, na sua atual redação;-----

-----**5.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual – Programa de Apoio ao Arrendamento 2016, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02, na sua atual redação;-----

-----**6.º Ponto** – Conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual - Proposta de parceria com a Fundação de Serralves – Estatuto de fundador, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02, na sua atual redação;-----

-----**7.º Ponto** – Tomar conhecimento da alteração da designação da “Agência de Desenvolvimento Costeiro Ecomar” para “Agência de Desenvolvimento Costeiro Ecocoast – Associação”;-----

-----**8.º Ponto** – Tomar conhecimento do ponto de situação dos processos de empréstimos para obras no âmbito do Programa Pólis e contratação de empréstimos para o biénio 2016/2017, atenta a competência prevista na alínea f) do n.º 1 da Lei n.º 75/13 de 12.09, na sua atual redação;-----

-----**9.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09, na sua atual redação.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Jacinto António Franco Leandro, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Claudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, Ana Isabel Marques Fiéis, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, Vítor José dos Santos Fernandes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Marta Filipa Sousa Geraldês, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, António Ruben de Sousa Miranda, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco e Vítor Manuel Mendes -----

-----Faltou o membro Susana Maria Ribeiro das Neves.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto, e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano.-----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Primeiro Secretário *Sr. António Fortunato* leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados três documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 115.16 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, de 1 de abril, a remeter o seu Relatório de Atividades de 2015, a provado em sede de comissão Alargada a 27 de janeiro último.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 15 de março último, a informar já foram transmitidas ao governo através dos ofícios número 1121/2015 de 17 de dezembro e 57/2016 de 1 de fevereiro, as preocupações manifestadas acerca da Portaria 373/2015, a qual legitima a administração rodoviária a cobrança de taxas manifestamente desproporcionadas pela utilização pública ou privada, do domínio rodoviário.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail de João Pedro Gomes, de 18 de abril a informar que por motivos profissionais não poderá estar presente nesta sessão ordinária e na sessão solene do 25 de Abril, solicitando que seja substituído por António Ruben de Sousa Miranda, que se encontrava presente na sala.-----

-----O Sr. Primeiro Secretário informou ainda que os membros Maria Leonor Marques Marinheiro e Renata Filipa dos Santos Simões seriam substituídas por Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco e Vítor Manuel Mendes, respetivamente, que também se encontravam presentes.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

-----De seguida passou a ler os três documentos que tinham sido entregues na mesa e que se transcrevem:-----

**REPRECIACÃO DA MOCÃO/RECOMENDAÇÃO: - ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO
- ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS:**-----

-----“Em 1911, por edital municipal, o município de Lisboa reconheceu a capacidade de resistência demonstrada pelos militares e pelo povo português, em especial dos territórios próximos de Lisboa, no período das Invasões Francesas. Esse reconhecimento concretizou-se através da sua toponímia, ao alterar a denominação de Alameda do Lumiar para Alameda das Linhas de Torres.-----

-----Essa estrada, que faz ligação de Lisboa para Torres Vedras, é indiscutivelmente das mais emblemáticas e conhecidas dos Lisboetas, embora seja de senso comum que muitos desconheçam o facto que lhe deu nome.-----

-----A toponímia é hoje mais do que um instrumento de identificação dos lugares ou de vias mas uma forma de homenagear locais, pessoas ou efemérides, contribuindo decisivamente para o interesse e para a aprendizagem histórica. Quão melhor se encontrem identificadas as avenidas melhor se concretiza o seu propósito de homenagem e reconhecimento.-----

-----Assim, e estando gratos a tão justo reconhecimento que o povo lisboeta, através dos seus representantes, prestaram às linhas defensivas construídas e às quais Torres Vedras empresta orgulhosamente o seu nome, entende a Assembleia Municipal de Torres Vedras que a alteração da denominação de Alameda das Linhas de Torres para Alameda das Linhas de Torres Vedras teria a virtualidade de melhor identificar o acontecimento histórico evocado.-----

-----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 21 de abril de 2016, solicita e sugere aos órgãos autárquicos do município de Lisboa a alteração da denominação da atual Alameda das Linhas de Torres para Alameda das Linhas de Torres Vedras.-----

-----Torres Vedras, 21 de abril de 2016.-----

-----Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras.-----

-----A remeter aos seguintes órgãos:-----

-----Assembleia e Câmara Municipal de Lisboa.-----

-----Assembleia e Junta de Freguesia de Alvalade.-----
-----Assembleia e Junta de Freguesia do Lumiar”.-----
-----Teve a palavra o **Sr. Marco Claudino** que começou por dizer que se trata de uma repreciação da moção, uma vez que na sessão anterior foram suscitadas algumas dúvidas, quanto à sustentação histórica da expressão “Linhas de Torres Vedras” e quanto ao possível incomodo que pudesse gerar nos municípios vizinhos que também têm no seu território fortificações que compõem estas linhas.--
-----Disse que no artigo que escreveu sobre esta questão e que enviou aos representantes das bancadas antes da sessão, reforçou os esclarecimentos as essas dúvidas não faziam sentido.-----
-----Assim, com o tempo e com a maturação que o PS entendeu que era necessário, hoje apresentam novamente a moção porque entendem ser importante e que beneficia todos os municípios que compõem esta rota das Linhas de Torres Vedras, e não há razão para que o PS e o PCP não possam votar a favor.-----
-----O líder da bancada do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que conforme o proponente da moção reconheceu as duas designações são indistintamente usadas desde os primórdios. Mesmo soluções de aplicação recente como a da sinalética na rede viária envolvente da cidade podem encontrar Linhas de Torres e Linhas de Torres Vedras. -----
-----Lembrou que esta questão tem uma especificidade pois visa alterar a toponímia de um município que não é o deles e pelo que já referiu, entendem que não há razões suficientes para entrar em “casa alheia”. -----
-----É muito fácil deliberar, mas não podem ignorar as implicações a nível dos custos quer para o município quer para os cidadãos -----
-----Não é impunemente que se altera uma toponímia, ao que acresce que o Grupo Municipal do PS não alinha facilmente em corrigir o que foi feito pelos seus antepassados há mais de um século. -----
-----Por parte do PS o assunto está esclarecido e encerrado. Não é por aqui que passa a resolução dos problemas e a satisfação das expetativas dos torrienses.-----
-----A **Sra. Teresa Oliveira** interveio no sentido de assinalar que a posição do PCP continua a ser a de abstenção pois consideram que não é este o local para propôr a alteração de toponímia de um concelho que não seja o deles.-----
-----Tal como já foi mencionado utiliza-se indiscriminadamente “Linhas de Torres” ou “Linhas de Torres Vedras” e não lhe parece que seja por aqui que os portugueses vão ter melhor conhecimento deste marco histórico. Esta alteração não traz mais valias, nem turísticas, nem a nível do conhecimento.-----
-----De novo no uso da palavra o membro **Marco Claudino**, disse que ninguém estava a colocar em causa a legitimidade da expressão, nem a desrespeitar a opção da mesma, mas sabem que há expressões que em determinado tempo fazem sentido, mas que podem ser aperfeiçoadas.-----

-----Acha exagerado dizer que é desrespeitoso propor que Lisboa altere o nome da alameda e também não entende o argumento dos custos. Interroga-se quais os custos para o cidadão envolvidos, já que apenas vê custos para município de Lisboa em mudar uma ou outra placa.-----

-----O representante do CDS-PP *António Miranda* começou por felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela sua tese de doutoramento intitulada “As Linhas de Torres Vedras - Um destino Turístico Estratégico para Portugal”, em que não usou “Linhas de Torres” não por uma atitude inocente mas porque realmente os lisboetas desconhecem que se refere a Torres Vedras.-----

-----O *Sr. Jacinto Leandro* disse que se absteve aquando da votação desta moção na sessão anterior porque separa e continua a separar o fenómeno histórico da toponímia. A identificação podia ser diferente mas podia pertencer exclusivamente ao município de Lisboa.-----

-----Teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* referindo nos últimos 4 anos teve oportunidade de investigar sobre as Linhas de Torres Vedras. Pensa que é abusivo estar a propor a Lisboa para alterar um topónimo que tem elevados custos para as comunidades locais onde está inserido.-----

-----Não se registando mais intervenções passou-se à votação:-----

-----A Assembleia Municipal reprovou com 23 votos contra, 10 votos a favor e 6 abstenções a moção/recomendação em título.-----

MOÇÃO – HOSPITAL DR. JOSÉ MARIA ANTUNES JÚNIOR:-----

-----“O Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, unidade prestadora de cuidados de saúde desde meados do século passado, foi encerrado em maio de 2015 encontrando-se então em bom estado de conservação. As coberturas, fachadas, portas e janelas evidenciavam mesmo investimentos recentes.-----

-----De imediato, foi o imóvel abandonado sem serem tomadas quaisquer medidas de salvaguarda, face a previsíveis atos de vandalismo, até por se situar em local isolado.-----

-----Este conjunto patrimonial foi convento desde a sua origem até à implantação da República, tendo sido fundado em 1570 pela infanta D. Maria, filha mais nova do rei D. Manuel 1, sob a denominação de Convento de Nossa Senhora dos Anjos.-----

-----Reveste inestimável valor histórico e patrimonial, constituindo uma referência ímpar da memória e identidade da região.-----

-----Porque banditismo, indiferença e irresponsabilidade vivem lado a lado, o imóvel evidencia revoltantes sinais exteriores de atuação criminosa de que são exemplo inúmeros vãos de onde foram arrancadas as janelas, fazendo reascar pelo estado do interior onde se localizam painéis de azulejo, lápides tumulares e outros elementos arquitetónicos, em especial, na capela e claustros.-----

-----Em conformidade, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida nesta data, delibera:-----

-----Manifestar a mais viva indignação pela ausência de medidas de salvaguarda do Convento do Barro/Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, sequentes à respectiva desafecção e encerramento;

e-----

-----Reclamar dos atuais responsáveis providências imediatas e eficazes de defesa do que resta de tão valioso património.-----

-----Desgraçado o povo que não preserva o património legado pelos seus maiores!-----

-----Torres Vedras, 21 de Abril de 2016.-----

-----Enviar a presente tomada de posição às entidades governamentais competentes e à comunicação social nacional e regional.-----

-----Grupo Municipal do PS.”-----

-----Tomou a palavra o **Sr. José Augusto de Carvalho** dizendo que o que consta no texto da moção é suficientemente esclarecedor, mas quer apelar a todos os membros da assembleia que interiorizem sobre o que se está a passar, que é verdadeiramente algo de criminoso, atendendo às circunstâncias em que se processou o encerramento do hospital e ao valor histórico e patrimonial do imóvel em causa, sendo por isso inadmissível e têm que reclamar para que a situação se altere.-----

-----Deu nota que no passado domingo passou pelo local e ficou com o dia estragado.-----

-----É vergonhoso e não há palavras para caracterizar aquela situação de abandono. Questiona-se qual será o estado dos painéis de azulejos, das lápides tumulares e de outros artefactos que integram particularmente os claustros e a capela, já para não falar do sino que não está torre.-----

-----Reforçou que é uma traição à nossa identidade, à nossa memória, à nossa história portuguesa e têm que manifestar a mais profunda indignação. -----

-----Pedi para usar da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** assegurando que a moção toca-os a todos, atentas as circunstâncias aludidas pelo interveniente anterior, já que o abandono do edifício, que até maio de 2015 estava ao serviço da comunidade torriense, traduziu-se no estado em que se encontra hoje e os deixa com muita mágoa.-----

-----Relativamente ao papel da autarquia neste processo deu nota que no dia 5 de janeiro oficiou o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, no sentido de serem tomadas medidas. Desde essa data, até aos dias de hoje houve evolução e abertura do atual governo para encetarem diálogo.-----

-----Em conjunto com o novo conselho de Administração do CHO recolheram um conjunto de bens, entre os quais consta o sino que está à guarda da Câmara Municipal de Torres Vedras. Também visitaram as instalações ao pormenor, tendo constatado que o interior está bem pior que o exterior e saiu amargurado com o que viu.-----

-----Estão em diálogo com o Ministério da Saúde e a Direção Geral do Tesouro, para encontrar uma plataforma de entendimento, que passará pelo aluguer ou pela aquisição do espaço pela autarquia. Está crente que a muito curto prazo irá ter novidades sobre esta matéria.-----

-----Mais informou que a Câmara em conjunto com uma equipa de colaboradores do Centro Hospitalar do Oeste está a fazer limpezas no interior para salvaguardar aqueles bens.-----

-----Lamentou que o edifício tenha sido completamente abandonado, não deixaram qualquer serviço nem vigilância e este foi o resultado.-----

-----Assegurou que a Câmara Municipal de Torres Vedras está a conjugar esforços com a Administração Central para poder vir a recuperar o edifício e encontrar uma solução para este gravíssimo problema.-----

-----Pedi de novo para usar da palavra o *Sr. José Augusto de Carvalho* para dizer que as informações dadas pelo edil demonstram que a autarquia está a intervir dentro das suas possibilidades, porém a moção alerta para o facto de esta intervenção não resolver a questão da vigilância que o imóvel devia ter, noturna e aos fins de semana, que o tempo joga contra eles, já que não se trata de um processo normal que consinta o decurso do tempo, importando atuar de imediato e com resultados e ainda que aquilo que não sensibiliza a comunicação social, e ao qual não dá suficiente nota, não tem importância, não existe.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que durante a visita que fizeram às instalações encontraram uma plataforma de entendimento com o CHO, para prestação de serviços de vigilância pelo menos noturno e fins de semana. -----

-----Informou ainda que ao dia de hoje existem pessoas a arrumar o que foi vandalizado e a curto prazo espera solucionar a vertente da segurança que é fundamental.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* aproveitou para informar que na reunião que teve com a nova Administração do CHO também manifestou a sua preocupação com a pobreza das valências existentes no hospital de Torres Vedras e desagrado com o estado de degradação deste imóvel.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção em título.-----

-----**Declaração de voto do PSD:**-----

-----“Nesta votação se nota a diferença entre o PSD e o PS.”-----

RECOMENDAÇÃO – DESCENTRALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Considerando que:-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras é o órgão por excelência representativo do município;-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras é composta por membros de 4 partidos políticos e de 2 grupos de cidadãos eleitores e pelos presidentes de todas as Juntas de Freguesia do município;-----

-----Na Assembleia Municipal participam ainda o Presidente da Câmara Municipal e Vereadores;-----

-----As sessões da Câmara Municipal têm lugar, desde janeiro do presente, rotativamente em todas as freguesias do nosso município;-----

-----É objectivo de todos a aproximação dos eleitos aos eleitores;-----

-----Um número crescente de municípios tem optado por um sistema de descentralização das suas

sessões quer de Câmara Municipal, quer de Assembleia Municipal, sem que conheçam reversões dessa opção;-----

----Compete ao Presidente da Assembleia Municipal convocar as sessões ordinárias e extraordinárias deste órgão;-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em Sessão Ordinária, no dia 21 de abril de 2016, recomenda ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o seguinte:-----

----As Sessões da Assembleia Municipal se realizem, já a partir da próxima Sessão, rotativamente em todas as Freguesias do município.-----

----Torres Vedras, 21 de abril de 2016.-----

----Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras.”-----

----O membro **Marco Claudino** começou por referir que a recomendação é auto evidente e auto explicativa.-----

----Consideram uma boa iniciativa do Sr. Presidente da Câmara a descentralização das reuniões públicas da Câmara Municipal. Parece-lhes que os Presidentes de Junta estão satisfeitos pois todas as populações do município beneficiam e não há razão para que as sessões da Assembleia Municipal não possam ser descentralizadas.-----

----Disse que a moção é pacífica e espera não ficar surpreendido como ficou na última sessão relativamente à moção das Linhas de Torres.-----

----O recomendado é coerente com a prática desenvolvida pelo Órgão Executivo, seria adequado e todos ficariam melhor com a democracia se o Presidente da Assembleia pudesse convocar as sessões descentralizadamente pelas freguesias do município.-----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que o Executivo Municipal tem as suas opções e tem legitimidade para as mesmas, mas o Executivo é Executivo e o Deliberativo é Deliberativo.-----

----Fez notar que já tem visto governos fazerem reuniões de itinerancia por todo o país por iniciativa dos respetivos primeiros ministros, mas a Assembleia da República reúne no seu espaço próprio.-----

----Salientou ainda que a natureza das competências do Executivo é muito mais estimulante relativamente à proximidade com os cidadãos, porque são questões concretas que não raro são tratadas e que sentem como interferindo direta e indiretamente na sua qualidade de vida. -----

----Mostrou-se contrário à itinerância da Assembleia Municipal e nunca detetou que seja regra nos municípios portugueses.-----

----Não exclui, contudo que por razões específicas, tais como as comemorações do 25 de Abril, que as sessões se possam realizar nas freguesias, mas por principio não, pois têm o seu espaço próprio.--

----A Líder da bancada do PCP, **Sra. Teresa Oliveira** disse que também compreendem que a Assembleia Municipal deve ter uma “casa”, mas a itinerância talvez traga mais valias e melhor

participação da restante população.-----

----Lembrou que o Executivo Camarário está a fazer as reuniões públicas nas freguesias e a parece que população tem aderido e não seria o primeiro concelho a fazer as sessões da assembleia descentralizadas.-----

----O representante de Torres nas Linhas, **Sr. António Moreira** referiu que lhe parece uma ideia generosa e legítima. Questiona se as freguesias não têm condições para acolher as sessões da Assembleia Municipal, o que pensa ser o caso da maioria.-----

----O **Presidente da Mesa** alertou que até ao próximo ato eleitoral dariam cobertura quanto muito a dois terços das freguesias do concelho.-----

----Lembrou que os Presidentes de Juntas têm lugar por inerência na Assembleia Municipal e são os porta vozes das suas freguesias, sem prejuízo do cidadão, se assim entender, vir às sessões.-----

----No entanto a Assembleia Municipal é soberana e atuará em conformidade com a sua decisão.----

----Pedi de novo uso da palavra o **Sr. Marco Claudino** para dizer que o líder da bancada do PS quis confundir as coisas.-----

----Assim, questionou onde é que fica o edifício da Assembleia Municipal, que não existe, e se no mesmo trabalham 1000 pessoas como na Assembleia da República, pelo que não pode comparar a Assembleia Municipal com a Assembleia da República quando a assembleia não tem edifício, ao contrário da Câmara Municipal que tem.-----

----Quanto à questão levantada pelo membro António Moreira, que considera importante, pensa que todas as freguesias do concelho de Torres Vedras têm condições, já que em todas há associações e clubes, cujas instalações podem ser utilizadas.-----

----Relativamente à questão apresentada pelo Presidente da Mesa, acha que não se trata de uma questão de mandato, mas uma medida para futuro, mas quem vier a seguir pode legitimamente decidir de outra forma.-----

----Quanto à questão de algumas freguesias ficarem melindradas por não receberem uma sessão, não lhe parece relevante, mas bom, no sentido de que gostariam de as receber.-----

----Ainda quanto ao facto de dizer que nas Assembleias estão presentes os Presidentes de Junta, não lhe parece que seja essa a razão que leva a que a reunião de câmara realizar-se rotativamente nas várias freguesias, pois isso significaria que a população daquela freguesia só teria voz de 13 em 13 meses.-----

----Pedi o uso da palavra o **Sr. Pires Bernardes** para dizer que é reconhecido que o PCP se orgulha da sua prática democrática e nunca podem ser desfavoráveis a este principio da descentralização que aproxima as pessoas aos órgãos locais, mas parece que quem fez esta moção se esqueceu disso quando resolveu destruir as freguesias.-----

----Realçou as intervenções dos membros José Augusto Carvalho e António Moreira quanto ao

facto de transportar uma reunião de Câmara ser menos logística do que uma da Assembleia Municipal.-----

----O PCP é favorável à descentralização mas têm algumas dúvidas em se recomendar assumir o compromisso das sessões serem rotativas, a partir da próxima sessão.-----

----O **Sr. António Miranda** assinalou que a força partidária que representa é favorável à descentralização, pois concordam com a aproximação ao público em geral e não encontram qualquer impedimento quanto à logística.-----

----O **Sr. Jacinto Leandro** manifestou a opinião de que as sessões da Assembleia Municipal não se devem descentralizar. Às reuniões de Câmara a população vai lá por razões práticas do dia a dia. ---

----No entanto o Presidente da Assembleia pode decidir descentralizar por uma razão específica.----

----Acha que a logística é fundamental e alertou para o número de pessoas que envolve fazer uma Assembleia Municipal. Fazer por sistema essa descentralização é um absurdo.-----

----O **Sr. Marco Claudino** mostrou-se sensível à questão levantada pelo PCP quanto à descentralização ser já na próxima sessão, e lembrou que a transmissão on-line só foi posta em prática ao fim de três anos de ter sido deliberado pela Assembleia Municipal. Se é impedimento para o PCP, o PSD não faz questão que seja já na próxima.-----

----Quanto à questão da logística, não vê problemas, lembrando que a Câmara Municipal realizou reuniões do orçamento participativo em todas as freguesias, com deslocação de funcionários da autarquia, pelo que não consegue perceber a razão para que esta Assembleia Municipal tenha um tratamento diferente e não se poder descentralizar.-----

----Reforçou que nas sessões da Assembleia Municipal tal como na Câmara Municipal que é um órgão que delibera e executa, existe um período antes da ordem do dia. -----

----Ficará surpreendido se o PS votar contra três meses depois de votar no Executivo a favor da descentralização das suas reuniões públicas e mais surpreendido ficará se os presidentes de junta votarem contra.-----

----O Presidente da Mesa, **Alberto Avelino**, chamou a atenção para a palavra “preferencialmente” que consta no art.º 17 do regimento “A Assembleia Municipal tem a sua sede no edifício dos Paços do Concelho, onde reunirá preferencialmente, podendo de igual modo reunir noutro edifício do concelho de Torres Vedras, se assim for deliberado pela mesma ou pela sua comissão permanente.---

----Pensa que as transmissões online servem para dar cobertura ao mundo, mas interroga-se se a população vai querer nas suas terras as sessões da Assembleia Municipal. No entanto a assembleia é soberana e fará o que for deliberado.-----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** indicou que a alusão que o Presidente da Mesa fez ao regimento responde ao proponente da moção que facilmente concluirá da sua inutilidade, ou seja quando houver razões que o justifiquem o Grupo Municipal do PSD pode propor que uma sessão se

realize algures.-----

----Quanto às instalações, o regimento é claro quando diz que este espaço é a sala de sessões do Órgão Deliberativo, sem prejuízo de subsidiariamente haver outros eventos. Se houver dúvidas que se delibere noutra sentido.-----

----Não consente afirmações a dizer que a Assembleia Municipal não tem edifício.-----

----Interveio novamente o membro **Marco Claudino**, para referir desta intervenção ficaram a saber que a bancada do PS é contra que as sessões da assembleia se possam realizar nas freguesias. Já não tem a ver com a logística nem com nada. São contra que a Assembleia Municipal tenha o mesmo procedimento que a Câmara Municipal.-----

----Quanto à argumentação do Presidente da Assembleia lembrou que as reuniões de Câmara também são transmitidas online.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que a Assembleia Municipal começou a fazer a descentralização das sessões do 25 de Abril ainda era Presidente da Câmara o Dr. Jacinto Leandro.--

----Se o Regimento prevê caberá ao Órgão Deliberativo a decisão. Pelo que ouviu vão no caminho da decisão correta, mas fica feliz pelo facto do PSD partilhar a visão do Executivo no que se refere à descentralização das reuniões de Câmara.-----

----Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação:-----

----A Assembleia Municipal reprovou com 23 votos contra, 12 a favor e 4 abstenções a moção/recomendação em título.-----

----**Declaração de voto do PS.**-----

----“O Grupo Municipal do PS votou contra porque esta recomendação a ser aprovado impunha que sistematicamente as sessões da Assembleia Municipal se realizassem rotativamente em todas as freguesias.”-----

FESTA DA JUVENTUDE:-----

----A **Sra. Marta Geraldês** disse que a JSD iria fazer uma proposta ao Município de Torres Vedras para reintrodução da Festa da Juventude, evento coorganizado pelo setor de juventude da autarquia, associações juvenis, escolas do concelho e demais intervenientes.-----

----Deu nota que este evento não se realiza desde maio de 2010. Teve o seu início em 1999 no início do mês de maio, pretendeu ser um espaço de informação com criações dos jovens nas áreas da ciência, fotografia poesia e literatura e também da aproximação das famílias à realidade juvenil e do associativismo juvenil.-----

----Disse ainda que o concelho oferece muitas atividades culturais, mas direcionadas para um público mais sénior e faltam atividades, só e só, direcionadas para os jovens.-----

----No e-mail que recebeu datado de 14 de dezembro, com as respostas ao que colocou na sessão de 25 de novembro do ano transato, foi informada que a Festa da Juventude foi substituída por outros

programas por opção política. Referiu que os mesmos não a substituem mas complementam a oferta da cidade aos jovens, pelo que questiona se a Juventude não é uma opção política deste Executivo.--

-----Por último disse que a proposta é um documento aberto que pode ser discutido e alterado, que releva a importância da Festa da Juventude, que tem como ambição dinamizar a cidade assim como aproxima-la dos jovens, atenta a eixos como a educação, cultura, desporto e cidadania e espera que tenha a máxima atenção por parte do Executivo, pois é bom não esquecer que os jovens são o futuro e que Torres Vedras se preocupa com os mesmos.-----

-----Nos termos do n.º 3 do art.º 48 da Lei 169/99, de 12/09, na sua atual redação, o Sr. Presidente da Câmara deu a palavra à **Vereadora Ana Umbelino** para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----A Vereadora começou por relevar o interesse que o membro tem reportado a estas questões da juventude.-----

-----Não pode no entanto, deixar de registar a sua perplexidade desde logo perante o facto de a última edição da Festa da Juventude ter ocorrido em 2010, por uma reorientação política, assumida enquanto tal e só apenas volvidos 6 anos, existir uma reacção por parte da JSD.-----

-----Acresce que paradoxalmente constata que proeminentes elementos do PSD local, por diversas vezes apelidaram a Câmara Municipal de Torres Vedras de uma “fábrica de eventos” e vê agora a JSD a reclamar a realização de mais eventos por parte da Câmara.-----

-----Disse ainda que leu com atenção, o artigo publicado no jornal Badaladas em que são plasmadas uma série de propostas por parte da JSD, que são na verdade um respigar daquilo que constituem ações já desenvolvidas pela autarquia ou ações que após uma leitura daquilo que são as dinâmicas sociais, decidiu consciente e deliberadamente abandonar.-----

-----Lamentou também que algumas destas propostas radicam nalgum desconhecimento daquilo que é efectivamente feito, destacando uma que remetia para a realização de um evento susceptível de capacitar os jovens para conscientemente tomarem decisões em matéria do seu percurso formativo e ironicamente nesse fim de semana foi realizada precisamente uma ação que visava, entre outros, atingir esse objetivo.-----

-----Reforçou que as razões de resto já enunciadas pelas quais a Câmara decidiu deixar de realizar a Festa da Juventude, radicam, naquilo que foi uma leitura da evolução do nosso ecossistema cultural e social, porque de facto quando a Festa da Juventude foi criada não existia a oferta cultural e oferta em diversas dimensões destinadas aos jovens, que neste momento existe e que em 2011 já existia.---

-----Não existia o festival Bang Awards, o festival Novas Evasões, e não existiam os agentes culturais que entretanto emergiram e que têm nas suas programações atividades destinadas exclusivamente aos jovens e outras que não.-----

-----Existia de facto já uma oferta que substituía aquilo que era concentrado nessa mesma festa, e que faria sentido investir noutros eixos, como por exemplo no programa “Aprendizagem ao longo da

vida” com o investimento por parte do município de 43 mil euros, mas com 128 mil euros de investimento de fundos comunitários só em 2010. Um exemplo que mostra que um redirecionamento da política da juventude, fez aportar um investimento financeiro por parte de outras entidades noutra território.-----

-----Para além deste programa que aludiu, realizam o “Projeto Bússola” criado com o objetivo de dinamizar e permitir, não só os jovens da cidade mas os jovens de todo o concelho e através de uma parceria com as juntas de freguesia beneficiar, de acções formativas em diversas áreas, cultura, ciências e artísticas, que são também dinamizadas em associações por agentes do concelho, permitindo essa ligação.-----

-----Deu ainda o exemplo da criação de um programa que permite aos jovens, ter experiências profissionais, inicialmente na altura do Verão e agora também na altura da Páscoa, em parceria com empresas locais e com associações, numa lógica de descentralização, permitindo aos jovens de todo o concelho ter oportunidades e não apenas aos da cidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MURALHA - MACEIRA:-----

-----O *Sr. Joaquim Gomes*, disse que a muralha em título devia estar concluída em setembro, mas está na mesma e questionou quando avançam as obras.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou ter conhecimento que a situação é grave e que as obras serão adjudicadas a curto prazo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO COM COLÉGIOS PRIVADOS:-----

-----O representante do CDS-PP, *Sr. António Miranda* manifestou a sua preocupação com a opção do governo relativo aos contratos de associação. -----

-----Disse que chegaram à conclusão de que desta vez não vão atacar as escolas com este tipo de contratos pelo corte no financiamento, mas vão atacar pelo número de alunos, o que lamentam sinceramente já que o concelho de Torres Vedras está bem representado nesta vertente.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou que estão atentos e a acompanhar de perto o desenrolar da questão pois existem no concelho instituições nessas condições.-----

-----Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PISTA DE ATLETISMO DO PAÚL:-----

-----Relativamente à pista do Paul uma construção com a qual se congratulam, o *Sr. António Miranda* questionou qual o motivo de ter seis pistas e não oito, já que tem a informação que assim não permite a realização de provas internacionais.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que esta pista pode receber provas internacionais, mas não pode receber campeonatos do mundo, o que não é preocupante já que Portugal ainda não

realizou nenhum e também não têm essa pretensão.-----

----Lembrou que a pista está homologada pela Federação Portuguesa de Atletismo para provas internacionais mas está a ser construída acima de tudo para os torrienses.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE A-DOS-CUNHADOS:-----

----O *Sr. António Miranda* lembrou que na última sessão o representante do CDS-PP pediu um esclarecimento sobre o valor anual que é transferido para a associação em título, no âmbito do protocolo em vigor celebrando com a autarquia, reforçando esse pedido de esclarecimento.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que iria tomar nota e que os serviços informariam brevemente.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DIA NACIONAL DOS MOÍNHOS – MOÍNHOS ABERTOS - 7, 9 E 10 ABRIL:-----

----O *Sr. António Miranda* interveio para congratular a iniciativa em título, que lhes permitiu visitar o Moinho do Duque em Penedo que é propriedade de um membro da Assembleia Municipal que teve a gentileza de os receber.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que também partilhou desta experiência que considerou muito interessante e deu nota que relativamente à candidatura a Património Mundial da Humanidade que foi apresentada por parte do CDS-PP na sessão anterior, os serviços técnicos já fizeram a avaliação do dossier que está a ser trabalhado em parceria com a CimOeste.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RUIVACOS DO OESTE – PROJETO “CONSERVAÇÃO EX SITU DE ORGANISMOS FLUVIAIS:-----

----O *Sr. Jacinto Leandro* interveio no sentido de relevar o posicionamento concelho de Torres Vedras na linha da frente em várias iniciativas relacionadas com a mobilidade sustentável e ambiente mas também para dar nota da presença de algumas organizações e de alguns ministros em iniciativas importantes que fazem de Torres Vedras o roteiro cada vez mais frequente destas iniciativas, pelo qual a Câmara Municipal está de parabéns. -----

----Sobre os ruivacos do Oeste, uma espécie autónoma dos rios Alcabrichel e Sizandro em perigo de extinção, informou que o projeto de conservação em título, visa reproduzir e manter estas populações de peixes em água doce, através do qual tem sido feito um trabalho enorme no concelho em 2015 e no presente ano, concretamente, com a libertação de mais de 3.000 peixes.-----

----Por último salientou que com o término que crê definitivo do despejo de alguns resíduos nocivos nas ribeiras, estes ruivacos e algumas enguias que também já se vêem, mostra que alguma coisa está a mudar no território torriense.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o lançamento dos ruivacos resulta de um trabalho que

têm vindo em parceria com a Quercus e o ISPA no sentido de repovoar os rios Sizandro e Alcabrichel.-----

-----Desta vez foi no Rio Sizandro e aproveitou para agradecer o acompanhamento e empenhamento do Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de Runa e Dois Portos.-----

-----Esta ação também se traduz num momento de sensibilização junto das comunidades, já que os milhões investidos nestas bacias hidrográficas estão agora a dar resultados. Introduzir vida também é importante nesta vertente da fauna autóctone que é determinante para estrutura ripícola destes dois rios.-----

-----Quanto à presença de membros do governo em Torres Vedras, assegurou que resulta de uma ligação profícua que têm vindo a ter, a confirmar palavras do primeiro ministro quando diz que “é um governo de proximidade”, a qual tem sido sentida pelos municípios. É um trabalho constante através do qual vão tentando encontrar plataformas de entendimento e diálogo e estão no caminho certo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REDE IBÉRICA DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL - VII FÓRUM CIVINET ESPANHA E PORTUGAL EM TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. Jacinto Leandro* deu nota da realização do fórum em título que se realizou nos dias 14 e 15 de abril, contou com 80 participantes e com a presença da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, que anteriormente visitou a APECI.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SANTA CRUZ 365 - CANSAT PORTUGAL 2016 – AERODROMO DE SANTA CRUZ:-----

-----O *Sr. Jacinto Leandro* informou que Santa Cruz acolheu nos dias 16 e 17 de abril o projeto educativo da Agência Espacial Europeia organizado em Portugal pelo Centro Aeroespço de Torres Vedras em cooperação com a Ciência Viva. -----

-----Este evento contou com a presença do Ministro da Tecnologia e do Ensino Superior. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que Santa Cruz recebeu em abril a final nacional de lançamento de satélites de alunos do ensino secundário e vai acolher de 22 a 26 julho o Cansat Europeu onde várias equipas da Europa participarão. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8.º ENCONTRO RODOVIÁRIO PORTUGUÊS - PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA:-----

-----O *Sr. Jacinto Leandro* relevou que entre os dias 12 e 14 de abril realizou-se o encontro em título, no qual o município de Torres Vedras, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, apresentou o Plano Municipal de Segurança Rodoviária de Torres Vedras, como um exemplo a ter em conta concretamente quanto à elaboração e implementação, tendo sido feita uma análise

preliminar aos resultados, dando assim boa nota do que de bom é feito no território.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MERCADO MUNICIPAL – PARCELA DE ANTÓNIO MIRANDA JÚNIOR:-----

----O *Sr. João Bastos* reportou-se ao processo de aquisição de uma parcela com 100m² pelo valor de €200.000,00 junto ao mercado que lhe foi dado a conhecer pelos Vereadores do PSD no Executivo Municipal para referir que quando se parte para construção de um novo mercado da cidade considera natural que fosse necessário negociar terrenos mas também era natural que a questão da posse do terreno esteja regularizada.-----

----Pelo que percebeu do estudo que fez do assunto, foi celebrado um protocolo de permuta, entre autarquia a firma em causa, em que a Câmara fazia um loteamento municipal na Rua Augusto Albino e em troca dava à firma para permuta desse terreno de 100m² que precisava para construir o mercado, um lote, uma loja e um apartamento. O loteamento não foi concretizado, a obra foi construída e pelo preço parece que ficaram na mão do proprietário.-----

----Lembrou ainda que no caso dos terrenos do Parque de Santiago em que a Câmara pagou €1.500.0000,00 pelo terreno, ou seja 600€/m² alertaram na altura que não lhes parecia correto estarem a comprar por este valor sem um relatório de avaliação.-----

----O edil na ocasião explicou que este preço foi o que os vendedores tinham comprovadamente gasto no local, mas esqueceu-se que quando se comprou o terreno já estava aí a crise imobiliária e o terreno já tinha perdido muito valor.-----

----Voltando ao terreno junto ao mercado, acha que a Câmara Municipal partiu para a construção do mercado de uma forma leviana porque não tinha a posse efetiva do terreno e parece-lhe que o preço de quase €2000,00/m² é completamente desajustado.-----

----Assim, não pode deixar mais uma vez de referir os edifícios a poente do mercado, igualmente uma situação em que o interesse público foi tratado de forma leviana, uma vez que não foi previsto no contrato de permuta do prédio, a possibilidade de incumprimento da outra parte. O empreiteiro inicial falhou, mas ainda tem direitos sobre o prédio, tendo avançado uma segunda empresa que pelos vistos também não consegue acabar a obra e com tudo isto têm um estaleiro enorme na cidade e não há Loja do Cidadão.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que este processo foi presente a reunião do Executivo com toda a transparência.-----

----Havia um protocolo celebrado, mas as circunstâncias da economia nacional levaram a que não fosse possível avançar com o que estava protocolado. No entanto fruto de uma negociação muito intensa encontraram uma plataforma de entendimento, através da aquisição.-----

----Deu nota ainda que em função desta situação o município tinha pendente para receber €250.000,00 no âmbito de uma candidatura para o Mercado Municipal. -----

-----Quanto à Loja do Cidadão informou que através do Portugal 2020 foi aprovado um projecto de financiamento para o Terminal Rodoviário que irá para concurso a muito breve prazo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Nos termos do art.º 23.º do Regimento foi dada a palavra ao **Público**.-----

DECLARAÇÃO DE PRÉDIO DEVOLUTO – PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ SOB O ART.º 5333 FRAÇÃO B – FREGUESIA SANTA MARIA, S. PEDRO E MATAÇÃES:-----

-----O *Sr. João Silvestre*, fez uma breve exposição relativamente ao prédio em título, que se refere a duas lojas localizadas na Rua Cavaleiros Espora Dourada, tendo recebido uma comunicação da Câmara Municipal a dizer que ia ser duplicado o IMI.-----

-----Na sequência desta comunicação informou a Câmara Municipal que em 2014 fez uma alteração de uso para aumentar o “leque” de arrendamentos de apenas comércio para comércio e serviços, tem o certificado energético e o dos ruídos, mas ainda não conseguiu arrendar a fração A. Câmara respondeu que o ano de 2015 não existiria aumento de IMI.-----

-----Agora recebeu outra comunicação para pagar o IMI referente à fração B, até ao final de abril, que aumentou de € 231,88 para €695,64, o que pensou ser engano visto que esta fração está arrendada e a fração A que está por arrendar continua com o valor de €171,00.-----

-----Conclui dizendo que tenciona pagar, mas vai solicitar o reembolso. Também já pediu uma reunião com o edil, mas veio expor a questão ao órgão deliberativo para ver esta situação corrigida e tinha na sua posse documentos a fundamentar o assunto.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que tem a sua agenda em dia, devendo estar para breve a marcação e solicitou ao munícipe que entregasse na mesa os documentos para analisar. -----

-----Teve início o Período da Ordem do Dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2015, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 3356, da Câmara Municipal de 8 de abril, a remeter os documentos em título em CD, de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 5 do mesmo mês.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que o ano de 2015 foi, do ponto de vista da atividade desenvolvida pela Câmara um ano de referência e agradeceu ao executivo a colaboração.--

-----Salientou que o terminus do quadro comunitário de apoio foi relevante pelo facto de terem construído mais 2 escolas e finalmente requalificado o Choupal. Por essa via conseguiram aumentar os ativos em cerca de 12,8 milhões de euros.-----

-----Tiveram uma execução orçamental excelente de 113,6% na receita e de 116,7% na despesa. Do ponto de vista previsional inicial estes resultados têm a ver essencialmente com as obras desenvolvidas através de verbas do QREN, nomeadamente a vertente do Choupal.-----

-----Deu nota que em termos globais a dívida, diminuiu cerca de 4,3 Milhões de euros a curto prazo, que também é significativo.-----

-----No que diz respeito às grandes opções do plano tiveram uma execução de cerca de 100%, e pensa que em Portugal não haverá nenhum município com esta execução, sendo que é fundamental, planear e conseguir executar.-----

-----Deu nota também que, para além de fazer obra continuam a ser prestadores de serviços, desenvolvendo trabalho na área do enriquecimento curricular, iluminação pública, depósito de lixo na Valorsul e transportes escolares. Estas ações são relevantes na gestão e na qualidade de vida dos torrienses. -----

-----Conseguiram reduzir a dívida sem aumentarem os impostos, estão apostados em pagar aos fornecedores a tempo e horas e estão convictos que a partir do mês de agosto de 2016 irão pagar a 30 dias.-----

-----Ressalvou todo o trabalho de parceria que fazem com as 13 juntas de freguesia, parceiros estratégicos no desenvolvimento daquilo que são os objetivos comuns para o concelho.-----

-----Salientou que o resultado líquido consolidado da Câmara, SMAS e Promotorres foi de cerca de 5,8 milhões de euros, mais 1,6 milhões de euros que o ano passado, um indicador excelente.-----

-----Assim, aproveitou para agradecer a todos os colaboradores destas 3 entidades, cada um com as suas especificidades do ponto de vista funcional, que contribuíram para que fosse possível ao dia de hoje apresentar estas contas.-----

-----No tocante às contas dos SMAS, salientou que as mesmas refletem o trabalho que têm vindo a desenvolver, com novos modelos de gestão associados à introdução de tecnologia, tais como telegestão, telemetria, controlo ativo de perdas e levantamento das redes cadastrais de saneamento com plataformas tecnológicas, no sentido de que possam ser mais eficientes e mais eficazes.-----

-----Por último frisou que chegaram aqui seguramente com uma das melhores prestações de contas da história deste município num fim de ciclo de QREN e principio de um Portugal 2020.-----

-----Assim informou que o município tem ao dia de hoje contratualizado cerca de 18 milhões de euros. Há desafios pela frente e muito trabalho para fazer com esta verba que vai estar ao dispor até sensivelmente 2021, podendo através dela, dotar o território de mais e melhores condições e qualidade de vida.-----

-----Teve de seguida a palavra o líder do PS, **José Augusto de Carvalho** que começou por se referir à evolução da receita em 2015 que foi de 54,1 milhões quando em 2014 registou 41,2 milhões de euros, tal como na despesa que passou de 44 milhões de euros em 2014 para 55,6 em 2015.-----

-----Anotou que as receitas correntes, continuam a reforçar as despesas de capital, com uma cobertura de 6,4 milhões de euros.-----

-----Voltando à receita, fez notar que 84% provem dos impostos diretos, ou seja 18,2 milhões de euros, o IMI teve o acréscimo de um milhão a compensarem a quebra na derrama de 1,2 milhão de euros e que as transferências de orçamento de estado passaram de 11,8 milhões de euros no ano anterior e para 12,8 milhões de euros, portanto igualmente com uma evolução positiva.-----

-----Ainda na receita ressaltou as transferências de capital do Orçamento de Estado que passaram de 700 mil euros em 2014 para €1.000.000,00 em 2015 e as participações comunitárias, que em 2015 foram de 7,4 milhões de euros quando em 2015 tinham sido apenas de 300.000,00 euros.-----

-----No tocante aos passivos financeiros (recurso ao crédito) seja na contratação seja na utilização registou-se 2,4 milhões de euros 2014 e 5,3 milhões de euros em 2015. -----

-----Ainda nas receitas, complementarmente, os impostos indiretos evoluíram de 600 mil euros em 2014 para €1.400.000,00 em 2015 traduzindo um acréscimo significativo nas receitas de ocupação da via pública.-----

-----Assinalou que as receitas por habitante foram de €681,00.-----

-----Quanto à despesa, referiu que 82% provém de aquisição de bens de capital, com €13.000.000,00 milhões de euros em 2015, quando foi €4.400.000,00 em 2014. As despesas com pessoal passaram de €12.600.000,00 em 2014 para €12.400.000,00 em 2015.-----

-----No que concerne à “Aquisição de bens e serviços” anotou que houve um decréscimo já que 2014 registava €13.700.000,00 e em 2015. €12.300.00,00, ou seja houve uma redução de €1.100.000,00 na aquisição dos materiais de stok.-----

-----Verificou que nas transferências correntes, para as freguesias primaram pela estabilidade com os valores de €3.700.000,00 em 2014 e €3.800.000,00 em 2015. Para as associações verificou uma evolução favorável de €2.300.000,00 em 2014 para €300.000,00 em 2015.-----

-----Este quadro de 2015 é um quadro favorável, que os satisfaz enquanto Grupo Municipal do PS e que vem na linha de uma estratégia delineada já de anos anteriores e contudo quer crer que têm os pés assentes na terra, não vivem no melhor dos mundos e importa ser prudente. Há tendências positivas, mas por vezes há reversões e não devem embandeirar em arco.-----

-----Assim o Grupo Municipal do PS faz por isso uma apreciação positiva, a qual vai traduzir num voto favorável.-----

-----Teve de seguida a palavra o líder do Grupo Municipal do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** começando por dar conta que tiveram anos muito maus, nomeadamente aqui na Câmara Municipal e no país em 2010 e 2011, mas é inegável que gradualmente a situação foi evoluindo favoravelmente.-----

-----Esta situação também é relevável cruzando os indicadores da Câmara e dos SMAS, naquilo que é mais fácil e fiável que é no consumo de um bem essencial e em 2015 aumentaram 4,5% do

consumo de água o que quer dizer que a população, mesmo com dificuldades, começou a melhorar.-
-----Considera que os resultados quer da Câmara torriense, quer do país no seu conjunto, são consequência do esforço interno mas também externo e de algumas regras de regulamentação que foram definidas pelo governo PSD mas que na altura foram muito mal entendidas, e ainda à custa e com pesar de todos, dos funcionários da autarquia.-----
-----Aproveitou para agradecer a elaboração dos documentos, à Chefe de Divisão Financeira Jesus Guerra a quem que pediu esclarecimentos adicionais, assim como ao Vereador da Área Financeira Sérgio Galvão, que simpaticamente os esclareceu de algumas dúvidas.-----
-----Salientou que na receita o montante de €18.166261,27 provem de impostos diretos, pagos pelos municípios, facto que as pessoas não têm noção. Provém do IMI que em 2015 mais que duplicou, depois de passar pela crise. Provém do IUC que registou a receita de €1.720,911,68, do IMT que no relatório está definido para acabar, mas que também subiu já que registou €2.515.245,79 e tinha sido de €2.115.892,90 em 2014, e da derrama onde se verificou um erro das finanças, por isso é que baixou de 2014 para 2015.-----
-----Assinalou que os impostos diretos aumentaram, com especial relevância da ocupação da via pública que mais do que duplicou, passando para €827. 364,04, num total de €1 423.418, 65.-----
-----Verificou que existem coisas interessante no balanço como o loteamento da Portela do Carro, do qual não ouvia falar há muito tempo e também o loteamento 18/90 que ia ser indemnizado em 18 milhões. Mas considera correto valorizar as obras do Pólis assim como as obras da Av 5 de Outubro, IVV, Mercado Municipal e nas escolas.-----
-----Considera uma nota importante da página 17 do relatório, referir que na análise dos montantes apresentados, será de ter em consideração que, de 2014 para 2015 transitaram €3.328.632,73 de dívida lançada e não paga e que existe despesa de anos anteriores a 2015 lançada nos respetivos exercícios económicos em termos patrimoniais, mas imputada ao orçamento de 2015, sendo assim difícil, em termos orçamentais, apurar o valor da despesa do ano.-----
-----Espera que possam pagar a 30 dias porque estão melhor, de qualquer forma a pág. 84 do relatório refere que ainda havia dívida vencida, €1.652.585,37 a 90 dias, e €1.604.313,45 a mais de 90 dias o que concerteza que não vai acontecer no próximo exercício.-----
-----Outro ponto muito importante, são as despesas com a Valorsul que aparece como resultado extraordinário.-----
-----Julgando todos estes fatores, têm condições neste momento que são mais que evidentes, para o PS pensar em baixar o IMI, que o PSD defendeu em altura própria na discussão do orçamento.-----
-----Lembrou que era teoria do ex-presidente da Câmara Carlos Miguel que quando chegasse aos valores de 2009, estariam em condições de baixar o IMI que neste momento já regista €18.166.261,27 o que corresponde a mais de um milhão do que em 2009.-----

-----Indicou que o sentido de voto do PSD está muito ligado a estas questões, já que o orçamento e as contas lhes dão razão e consideram que estão em condições de ter uma política diferente. São os torrienses que direta e indiretamente contribuem em mais de 30 % do orçamento.-----

-----Não considera relevante a dívida de €14.889.000 a instituições de crédito, que baixou bastante e os resultados decorrem muito do esforço local, nomeadamente dos trabalhadores, mas também das medidas restritivas que foram impostas.-----

-----Subscreve o líder da bancada do PS quando alertou que devem ter cuidado e que independentemente do anunciar da vinda de muitos milhões, não sejam excessivos. O PSD está esperançoso que venha muito dinheiro do Portugal 2020, tal como diziam das verbas do Pólis. No entanto reforçou que não foi de certeza no último mês que tudo se resolveu, já estava tudo previsto.-

-----A **Sra. Teresa Oliveira**, disse que parece que as contas vão bem, seguem uma linha orientadora política, mas pelo mesmo motivo de 2014 o Grupo Municipal do PCP vai abster-se.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que os aumentos dos custos com o pessoal são similares ao ano de 2014 e advêm da dívida à ADSE.-----

-----Lembrou ao líder da bancada do PSD que são prestadores de serviços, que gostam de prestar com qualidade, mas na recolha de resíduos, o município de Torres Vedras ainda não atingiu a qualidade que gostariam. Tem peso no orçamento mas certamente não há nenhuma Câmara no país que tenha um sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos tão sustentável do ponto de vista económico-financeiro.-----

-----De novo no uso da palavra o **Sr. Luis Carlos Lopes** disse que o Grupo Municipal do PDS também se iria abster.-----

-----É sempre bom as contas serem positivas mas lembrou como fator importante para este exercício o facto de ter havido 100 reformas no pessoal entre 2013 e 2015 alertando que esta redução pode não ser tão equitativa nos próximos anos.-----

-----Também referiu que infelizmente a despesa com a Atividades de Enriquecimento Curricular diminuiu porque há menos alunos e espera que não diminua mais.-----

-----Os resultados das Grandes Opções do Plano agora são sempre bons, mas fez notar que no tempo em que era vereador as contas eram apuradas de maneira diferente, já que até a aquisição de alimentos para as refeições são contabilizadas, fazendo com que seja mais fácil executar. Antes iam só as obras.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que pensava que com tanto investimento do governo do PSD em Torres Vedras o PSD iria votar estas contas favoravelmente, pelo que ficou surpreso.-----

-----Assegurou que se não tivessem um Secretário de Estado das Autarquias Locais no governo de Torres Vedras, não teriam recebido as verbas do Pólis em dezembro de 2015, as quais só chegariam em janeiro/fevereiro, o que faria toda a diferença-----

-----Acha que têm que ser prudentes em relação ao IMI. Têm tido uma atitude calculista, não aumentando a taxa e mantendo o valor, que é abaixo daquele que muitos municípios à volta de Torres Vedras praticam. É uma receita importante e se somarem o valor global das receitas de 2007 a todos os impostos diretos há um acréscimo de €1.000.000,00, o que é muito diminuto. Têm que ter em conta a receita de todos os impostos e não só do IMI.-----

-----Têm agora ao dispor instrumentos de evolução positiva ao nível dos impostos e sente-se feliz por na última reunião de Câmara terem aprovado uma alteração aos regulamentos de edificação e o das taxas e assim vão ter à disposição outros modelos que podem funcionar positivamente para quem quiser investir no concelho de Torres Vedras.-----

-----Em resposta o *Sr. Luís Carlos Lopes* lembrou que sabem sempre os valores exetáveis do IMI tendo por base o orçamento e registou com agrado a aprovação da nova tabela de taxas, uma vez que algumas taxas estavam desfasadas.-----

-----Também espera que por causa do Secretário de Estado torriense cheguem rapidamente a Torres Vedras os 18 milhões de euros do Portugal 2020,.-----

-----Terminadas as intervenções o *Sr. Presidente da Mesa* colocou à votação os documentos em apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 27 votos a favor e 12 abstenções aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2015, do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, António Moreira, Pedro Germano e Hélio Gomes e se abstiveram os membros do PCP, CDS e PSD.-----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 3356, da Câmara Municipal de 8 de abril, a remeter, de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 5 do mesmo mês, os documentos em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que a revisão trata pequenos ajustes e criação de rubricas, de acordo com a informação n.º 9/2016 da Chefe de Divisão Financeira, distribuída a todos os membros.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria 38 votos a favor e 1 abstenção aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras aprovado para 2016.-----

-----Anota-se que se absteve o membro do CDS-PP António Ruben de Sousa Miranda.-----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2015, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/13, DE 12.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 3356, da Câmara Municipal de 8 de Abril, a remeter, de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 5 do mesmo mês, os documentos em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por salientar que estas contas merecem uma apreciação positiva em função do trabalho que desenvolveram. Mencionou como nota importante para a gestão dos SMAS o facto de terem decidido liquidar um empréstimo.-----

-----Evocou que o ano de 2015 teve um exercício positivo de €1.4000.000,00, sendo um facto que se tratou de um ano meteorologicamente favorável, mas têm que trabalhar com essas variáveis.-----

-----Em termos de PPI foi uma das melhores execuções do últimos 5/6 anos ressaltando todo o trabalho desenvolvido pelo corpo técnico, administrativo e operacional dos SMAS, para alcançarem estes rácios que são importantes do ponto de vista da gestão.-----

-----Deu nota que continuam a ter um papel social relevante a cerca de 1250 famílias, correspondente a um tarifário positivo para quem tem dificuldades do ponto de vista social poder usufruírem tarifa social.-----

-----Salientou ainda o trabalho importante que têm vindo a desenvolver na vertente tecnológica, no sentido de terem gestão mais eficaz e mais eficiente.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* fez notar que a análise do PPI dos SMAS já é mais real e objetiva, e os seus resultados, sendo positivos, dão uma ideia que há um equilíbrio, e como tal uma margem para a redução do preço da água.-----

-----Referiu-se às perdas de água que não sendo um valor elevado, em termos nacionais são simpáticas e o município de Torres Vedras continua a ser um dos melhores do país.-----

-----Lembrou que os SMAS recorrem a outsourcing, o que por um lado é bom, mas por outro, a faixa etária dos seus trabalhadores começa a notar-se e pode ter implicações maiores na assiduidade e na produtividade.-----

-----Terminou dizendo que não descurando o investimento e tendo em conta a questão da pluviosidade já que o ano de 2016 tem sido chuvoso, talvez haja espaço para, em sede do próximo orçamento, pensarem em baixar o preço da água.-----

-----Tomou a palavra a *Sra. Claudia Ferreira* começando por salientar o resultado positivo do exercício em apreço, salientando que serviço público das águas não tem como objetivo o lucro, mas é sempre bom que não dê prejuízo.-----

-----Referiu como algo de muito positivo, a diminuição da dívida de terceiros para com os SMAS e dos SMAS com as instituições de crédito e também da dívida a curto prazo, que registou uma

diminuição de 26,5% e é de assinalar.-----

----As perdas de água que diminuíram 0,4%, com uma média já bastante inferior à nacional em quase 10% de diferença, que espelha o trabalho planeado ao longo de vários anos com a campanha de substituição de contadores, o que saúda.-----

----Relativamente aos apoios sociais, registou 1254 famílias apoiadas entre a “tarifa social” e “famílias numerosas”, um esforço muito positivo e que deve continuar a ser feito.-----

----Quanto a obras elencou a reabilitação dos reservatórios, uma medida que lhe parece positiva, o investimento no reservatório do Casal Cochim, obra recente que serve um território vasto, e o prolongamento das redes de saneamento.-----

----Quanto a projetos de investimento em tecnologia, destacou a telegestão e a telemetria, que permite para além da eliminação do erro humano, a possibilidade de leitura sem estar alguém em casa. Também há mais investimento no controlo das perdas de água e deteção de fugas, mantendo-se a linha do anterior Executivo.-----

----Assim, saudou de forma muito positiva estes números, mas, e enquanto socialista, tem alguma dificuldade em se congratular com a diminuição do número nos recursos humanos e de facto em 2013 havia 167 funcionários e em 2015, 156 o que espera não se reflita no futuro no bom desempenho dos SMAS.-----

----Terminadas as intervenções o documento foi colocado à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 3 abstenções os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2015, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

----Anota-se que se abstiveram os membros do PCP, encontrando-se ausente José Manuel Cristóvão.-----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016 – ORÇAMENTO/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/13, DE 12.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

----Presente ofício número 3356, da Câmara Municipal de 8 de Abril, a remeter, de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 5 do mesmo mês, a revisão em título.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a revisão diz respeito à alocação do saldo de gerência a um conjunto de áreas que são importante para desenvolver trabalho que visa a redução de perdas e fazer um conjunto de obras há muito são solicitadas pelos Presidentes de Junta e comunidades locais.-----

----A *Sra. Teresa Oliveira* lembrou que na última sessão trouxeram o assunto do tratamento dos

esgotos do Hotel Golf Mar, e no documento em discussão surge a “recolha e condução de esgoto da margem direita do rio Alcabrichel – rede de drenagem com o valor de €323.300,00”, e partem do principio que se refere ao Hotel Golf Mar, pelo que, quando houvesse possibilidade de avançar com a obra gostariam de ser elucidados quanto é que a Câmara vai pagar e quanto vai pagar o Hotel Golf Mar.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que estão em diálogo com a Empresa Águas do Vimeiro, para avançar com um investimento que deverá ser partilhado e neste momento estão a fazer levantamento topográfico. Assegurou que a administração está a mostrar vontade de dialogar com a autarquia e estão a trabalhar para resolver a situação o mais rapidamente possível.-----

----Não se registaram mais intervenções tendo o Presidente da Mesa colocado à votação o assunto em discussão:-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2016 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

----Anota-se que se encontrava ausentes Marco Claudino, Luís Carlos Lopes e José Manuel Cristóvão.-----

PONTO 5 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

----Presente ofício número 3355, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de abril, a informar que em sua reunião de 05/04/2016, deliberou, nos termos do nº 1 do artigo 6º do Regulamento do Programa de Apoio ao Arrendamento, fixar até 70 o número de candidaturas a apoiar para os períodos de setembro a dezembro de 2016, e janeiro a agosto de 2017, prevendo-se um valor de apoio estimado por candidatura e por mês de € 202,50, estimando-se para o ano de 2016 o valor de € 56.700,00 e para o ano de 2017 o valor de € 113.400,00, ou seja o total de € 170.100,00.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do assunto, que nos últimos anos tem vindo à assembleia Municipal, já que é plurianual.-----

----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade conceder à Câmara Municipal autorização prévia para assunção de compromisso plurianual – programa de apoio ao arrendamento 2016 para o qual se estima para o ano de 2016 o valor de € 56.700,00 e para o ano de 2017 o valor de € 113.400,00, ou seja o total de € 170.100,00-----

----Anota-se que se encontrava ausente José Manuel Cristóvão.-----

PONTO 6 – CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE

COMPROMISSO PLURIANUAL - PROPOSTA DE PARCERIA COM A FUNDAÇÃO DE SERRALVES – ESTATUTO DE FUNDADOR, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 3357 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 8 de abril, a informar que em sua reunião de 5 deste mês deliberou vir a celebrar com a fundação em título uma parceria, traduzida por um protocolo de fundador, o qual suporta a transferência de €25.000,00 por ano, num horizonte temporal de 4 anos, solicitando a devida autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a parceria em discussão surge na sequência da relação que o município tem vindo a cimentar com a fundação ao longo dos tempos.-----

-----Face ao posicionamento do concelho e à oferta cultural que existe ao dia de hoje de inegável valor e de reconhecimento por várias entidades, entenderam estabelecer esta parceria. Trata-se de uma entidade de referência em três áreas de atuação que o município quer desenvolver e aprofundar, nomeadamente na formação de ativos na área de espaços verdes, ações na área do ambiente e artes contemporâneas.-----

-----Esperam com este protocolo desenvolver a curto prazo em cada uma destas áreas, um programa anual e ter atividades partilhadas entre o que Torres Vedras faz e o que a fundação oferece. As equipas já estão a trabalhar e espera ter jovens torrienses a expor na Fundação de Serralves, que vai ser uma prioridade do município, inserido política ativa de arte contemporânea.-----

-----Disse ainda que o valor que está alocado a este projeto tem que ser o mais rentabilizado possível e é nesse sentido que estão a trabalhar, consolidando o posicionamento de Torres Vedras nestas áreas esperando que seja uma relação profícua.-----

-----Usou da palavra o *Sr. João Bernardes* assegurando que não está em causa o estatuto da Fundação de Serralves, nem o interesse da Câmara em ter um plano de atividade com esta entidade. Têm uma dúvida pelo facto de o Município estar em estabelecer um acordo sem um plano de atividades previamente definido, o que lhes parece arriscado sendo essa a razão que os faz abster.-----

-----O *Sr. João Bastos* disse que a informação que suporta este agendamento refere todas as ações que foram feitas através da relação que o município tem com a Fundação Serralves, a última das quais em 2010 e como já passaram vários anos já não se lembra bem.-----

-----No entanto lembra-se de umas peças no Parque Verde da Várzea, e de algumas exposições em Torres Vedras na Galeria Municipal que foram marcantes tais como “Os Diários Gráficos”, “Desenhos do Picasso” ou a coleção do BCP “Arte Partilhada”.-----

-----Com estas referencias quer deixar bem claro que considera importante a promoção de exposições e de outras manifestações de carácter cultural em Torres Vedras.-----

-----Em relação ao protocolo, trata-se de um texto tipo que será utilizada para todas as autarquias que

queiram aderir, no entanto mas não acha normal que o ponto 14 “Considerandos da Câmara Municipal de Torres Vedras” esteja por preencher.-----

----Lembrou que estão envolvidos €100.000,00 divididos por quatro anos e convêm justificar como se gasta o dinheiro.-----

----Relativamente ao ponto 7 do protocolo “acção pedagógica desenvolvida pela fundação que abrange anualmente cerca de 100.00 jovens e que tal acção se desenvolve em articulação com as escolas da região”, referiu que muito dificilmente os estudantes de Torres Vedras poderão usufruir de visitas a Serralves, já que o Porto é muito longe para se fazer uma visita de estudo num dia.-----

----No tocante ao ponto 15 “as iniciativas que serão realizadas no âmbito do presente protocolo, serão objeto de um acordo autónomo”, reforçou que não sabem que tipo de atividades abrange.-----

----Concluiu que a Câmara não fundamentou minimamente a parceria e assim não conseguem aferir se €100.000,00 é muito ou pouco para pagá-las mas não deixa de ser um montante elevado.-----

----O *Sr. Nelson Aniceto* anotou que a Fundação de Serralves é uma entidade muito reconhecida nacional e internacionalmente e com provas dadas no município, conforme informação disponibilizada, mas o assunto em discussão é autorizar a assunção do compromisso plurianual.-----

----Parece-lhe bom a parceria possibilitar aos jovens poderem expor na fundação e também que a fundação venha ao município e será um reflexo de exigência que o município impõe a si próprio.----

----Não querendo ferir susceptibilidades quanto à idoneidade da Fundação nem a sua importância para a cultura nacional, o *Sr. António Miranda* questionou qual é retorno expectável para o concelho, não só cultural visto que há investimento.-----

----Concluídas todas as intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos:-----

----O *edil* começou por esclarecer que o “protocolo de fundador” que vem em anexo à informação é um modelo de matriz, e cabe à Câmara Municipal em conjunto com a fundação, desenvolver o programa de atividades nas áreas enunciadas.-----

----Mais informou que logo que o Plano de Atividades esteja pronto dará conhecimento aos órgãos Executivo e Deliberativo.-----

----Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria 24 votos a favor e 14 abstenções conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual - proposta de parceria com a Fundação de Serralves – Estatuto de Fundador.-----

----Anota-se que votaram a favor os membros do PS e António Moreira, abstiveram-se os membros do PSD, CDS, PCP, Hélio Gomes, Pedro Germano, Cristina Abreu e encontrava-se ausente José Manuel Cristóvão.-----

PONTO 7 – TOMAR CONHECIMENTO DA ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DA

“AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO COSTEIRO ECOMAR” PARA “AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO COSTEIRO ECOCOAST – ASSOCIAÇÃO”:-----

-----Presente ofício número 3354 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de abril, a dar conhecimento, que na sequência das suas deliberações de 17 de novembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2015, nas quais foi deliberada a constituição da Associação “Agência de Desenvolvimento Costeiro EcoMar, e ainda a aprovação da proposta de Estatutos e estudo de viabilidade económico financeiro, foi instruído o respetivo processo administrativo, afim de formalizar a constituição da supra identificada associação. Entretanto, o Registo Nacional de Pessoas Coletivas, não aceitou a designação de EcoMar, pelas razões expostas nos seu despacho de indeferimento, sendo que a mais relevante se prende com o facto de já existir uma pessoa coletiva designada ECOMAR, SGPS, S.A. Assim, foi proposta nova designação em título.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da alteração da designação da “Agência de Desenvolvimento Costeiro Ecomar” para “Agência de Desenvolvimento Costeiro Ecocoast – Associação”.-----

PONTO 8 – TOMAR CONHECIMENTO DO PONTO DE SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DE EMPRÉSTIMOS PARA OBRAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PÓLIS E CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS PARA O BIÊNIO 2016/2017, ATENTA A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA F) DO N.º 1 DA LEI N.º 75/13 DE 12.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

-----Presente ofício número 3353 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 8 de abril, a dar conhecimento que aprovou a amortização extraordinária dos empréstimos utilizados no montante de € 770.802,09, bem como a não utilização do empréstimo até €700.000,00, celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, e vir a contrair empréstimos para as seguintes obras e aquisições para 2016 e 2017, cujos processos oportunamente serão remetidos a este órgão para aprovação: Construção da EB do Turcifal – €1.100.000,00; Construção do Museu “Joaquim Agostinho” - €700.000,00; Construção de ponte integrada na “Variante a A-dos-Cunhados” - €700.000,00; Requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz “1ª fase” - €300.000,00; Requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade - €300.000,00; Aquisição de imóveis - €600.000,00.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que entenderam dar conhecimento à Assembleia do ponto de situação dos processos acima descritos.-----

-----Assegurou que a prioridade continua a ser a requalificação do parque escolar, mas através do Portugal 2020 apenas conseguiram alocar o Centro Educativo de S. Pedro da Cadeira, para a qual já fizeram a candidatura.-----

-----Relativamente ao compromisso que tinham com o PSD relativamente à Escola da Freiria,

assegurou que é para cumprir e estão a dialogar com o Ministério de Educação sobre o assunto.-----

-----Explicou que o valor €600.000,00 indicadas para aquisição de imóveis será para dividir em dois blocos: cerca de €200.000,00, para o desenvolvimento de um processo associado ao arrendamento jovem no Centro Histórico e €400.000,00 para dar cumprimento contrato programa celebrado no âmbito do PEDU, para a zona do Bairro da Floresta.-----

-----Deu nota ainda que não estão só concentrados na cidade, mas também a apostar nalguns espaços nas freguesias, referindo a requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz. Salientou também a requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade no valor de €300.000,00.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes*, assinalou que as verbas dos empréstimos estavam bem explicadas, no entanto gostaria de ser melhor esclarecido quanto à verba de €600.000,00 para “Aquisição de imóveis”. Não está em causa a necessidade desses investimentos, mas alguns dos prédios já devem estar sinalizados, deviam ter mais pormenores e deviam vir à Assembleia Municipal identificados.---

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* lembrou que neste ponto é solicitado à Assembleia Municipal que tome conhecimento, e como tal qualquer membro pode colocar as suas reservas e críticas como o líder da bancada do PSD fez.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que quando os negócios estiverem fechados darão conhecimento à Câmara e à Assembleia Municipal.-----

-----Informou ainda que foi feito um levantamento dos imóveis no Centro Histórico quanto às necessidades de reabilitação com vista a criar bolsas de arrendamento para os jovens e no Matadouro são aquisições de imóveis no âmbito do PEDU, para os quais mais tarde têm que procurar verbas para fazer a reabilitação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 9 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09, NA SUA ATUAL REDACÃO:-----

-----Presente informação referente à actividade do município de fevereiro, março e abril de 2016, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 19.04 é de €1.081.400,00 e o saldo de tesouraria €1.513.605,77.-----

-----O *Sr. João Bastos* lembrou que o pinhal junto ao Karting em Santa Cruz desde o temporal em que caíram muitos pinheiros, continua com um ar desolador. O então Presidente da Câmara Carlos Miguel disse que já tinham sido lá plantadas árvores, as quais estavam a demorar muito a crescer e se for o caso deviam ser criadas condições para esse efeito.-----

-----Ainda por causa do mesmo temporal, mas na rotunda do Pinhal dos Casalinhos, fez notar que

estão lá três pinheiros do lado direito tombados, o que na sua opinião dá um certo ar de desmazelo.--

----A **Sra. Marta Geraldês**, reportou-se ao ponto 7 da exposição em apreço, que dá nota da realização de reuniões do Conselho Municipal de Juventude, para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que são todas os membros deste concelho que acham que faltam mais atividades para os jovens em Torres Vedras, não é só a Marta Geraldês.-----

----Relativamente a uma casa abarracada nas traseiras do Tribunal, propriedade de António Miranda Júnior, que teve dificuldades de negociar com os habitantes da mesma, o **Sr. Jacinto Leandro** questionou se há algum desenvolvimento, porque lhe constou que o imóvel vai ser demolido com vista à requalificação da zona.-----

----O **Sr. Marco Claudino** disse que ia intervir no sentido de tecer algumas palavras de desagrado quanto ao facto de o Sr. Presidente da Câmara, sem justificar, sem fundamentar e sem ter a mínima preocupação de explicar o porquê, querendo mascaradamente fazer um ataque plurisubjetivo a toda a comissão política do PSD de TV, fez críticas e acusações levianas.-----

----O edil disse que toda a comissão política do PSD de Torres Vedras, que lidera com muito gosto, é arrogante e prepotente e faz ataques pessoais aos eleitos do PS, querendo perceber onde, como e porquê.-----

----Assegurou que o PSD não faz críticas sem fundamentar, podendo estar de acordo ou não, e nunca são críticas pessoais, mas sempre no plano político.-----

----Aquilo que o Sr. Presidente da Câmara fez sem ter tido a frontalidade de lhe dizer na cara dias depois, não vai qualificar.-----

----Mudando de assunto, questionou se as visita do Ministro Adjunto e da Sra. Secretária de Estado da Cidadania à Feira Rural a que o Sr. Presidente da Câmara já aludiu nesta sessão, resultaram de um convite da Câmara ou do PS.- -----

----Relativamente ao Portugal 2020, manifestou-se satisfeito por o PS em Torres Vedras dar razão ao PSD, designadamente quanto ao anterior governo, pois não era fácil ouvir dizer que tinha uma péssima estrutura e agora vão receber 18 milhões.-----

----Também não era fácil ouvir dizer, sabendo que não tinham razão, que todas aquelas leis que foram aplicadas à administração local, eram péssimas. Não viu muitas serem revertidas, mas algumas foram, lembrando que permitiram, só, o melhor ano financeiro de sempre da administração local em Portugal.-----

----Também não é fácil ouvir, o que já ouviu o edil dizer hoje, que agora finalmente têm um governo que ouve os municípios, lembrando que o governo do PSD que não ouvia os municípios nem dialogava, fez três pacotes com a ANMP e um com a ANAFRE.-----

----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----Relativamente à questão sobre o ex-Karting informou que estão a desenvolver um projeto para o local. Quanto à plantação dos pinheiros após o temporal confirmou que procederam à replantação, mas muitos morreram e estão a monitorizar. Espera no próximo ano poder requalificar o espaço e estão trabalhar numa eventual candidatura ao Programa Life.-----

-----No tocante ao três pinheiros na rotunda dos Casalinhos de Alfaiata, informou que estão localizados em propriedade privada, tendo na altura a Câmara notificado os proprietários que nada fizeram.-----

-----Em resposta ao membro Marta Geraldês disse que gosta de toda a sua irreverência, próprio da sua juventude e podia estar ali toda a noite a partilhar o que fizeram em prol da juventude, apesar de a Sra. Vereadora já ter dado alguns exemplos. Podem sempre dizer que não é suficiente e querem mais.-----

-----Explicou que o modelo de Festa da Juventude passados uns anos esgotou, e foram encontradas outras plataformas sendo um outro exemplo disso o protocolo que irão celebrar com a Fundação de Serralves que é para os jovens criativos torrienses terem uma janela de oportunidade.-----

-----Aproveitou para dar nota que Torres Vedras está no Top 25 em 308 municípios no indicador de “cidade para viver, fazer negócios e visitar”. É um indicador excelente já que no estão no top 5 da região centro entre 100 municípios e n.º 1 no Oeste, o que é um grande orgulho.-----

-----Referiu que no dia anterior 4 empresas do concelho receberam em Coimbra o Prémio Gazela, e estão a falar de jovens empresários. No dia em que se realizou a reunião da Comissão Municipal da Juventude estava na Suécia a representar o município no comité político que dá apoio à comissão europeia na área da mobilidade. Mas espera ter mais oportunidade de presidir o conselho e partilhar dos seus anseios.-----

-----Também se orgulha de, enquanto funcionário, ter sido o criador do Posto de Informação Juvenil na cidade de Torres Vedras.-----

-----Solicitou que não digam que nada se faz em Torres Vedras. Podem contar com a Câmara Municipal de Torres Vedras para trabalhar os assuntos com seriedade, mas sem entrar em demagogias.-----

-----Relativamente à intervenção do membro Marco Claudino fez notar que aqui ele é o Presidente da Câmara e não contam ele para demagogias. O presidente da comissão política está na rua General Humberto Delgado, onde se localiza a sede do PS, e as posições do PS são assumidas no seu território.-----

-----Quanto ao convite, esclareceu que foi feito pelo Presidente da Câmara.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** disse que lhe pareceu bem os convites no entanto lamentou que dependam das cores partidárias e que estando um ministro presente, não tenham sido convidados os membros da Assembleia e da Câmara.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 24.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
